

Boletim do Mercado de Trabalho Mineiro

Temática Especial
Mês do Trabalhador, v. 6, nº 2
26 de maio de 2026



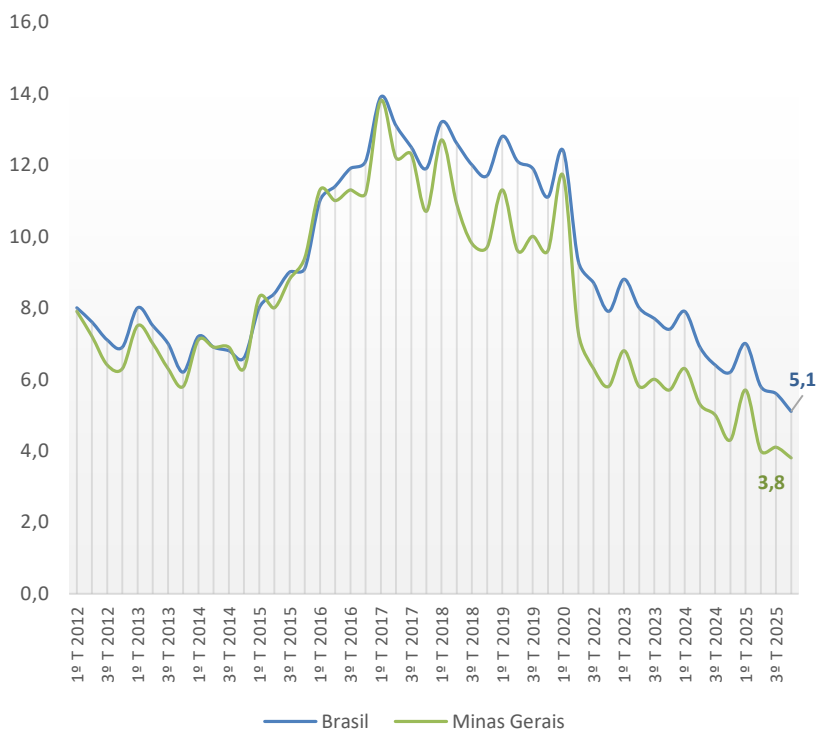
Mercado de trabalho em movimento: Vetores de crescimento e desafios estruturais

O presente boletim foi elaborado pelo Observatório do Trabalho de Minas Gerais, com a colaboração de técnicos da Fundação João Pinheiro (FJP) e da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedese) do Estado. Esta edição apresenta uma análise da recente expansão do emprego e redução das taxas de desemprego no estado. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Novo Caged, fornecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Minas Gerais, seguindo trajetória nacional, vive um período de expansão de postos de trabalho e redução do desemprego, registrando seus mínimos históricos. O dado é positivo, mas é importante analisar se esse aumento é acompanhado por movimentos setoriais distintos, alta rotatividade e/ou limites estruturais que merecem atenção. Este boletim analisa quem está puxando o crescimento, quem fica para trás e se a renda acompanha a expansão do mercado de trabalho.



O pano de fundo: o menor desemprego da história



No quarto trimestre de 2025, a taxa de desocupação em Minas Gerais alcançou o menor patamar histórico, 3,8%. O número representa uma queda de dez pontos percentuais em relação ao pico registrado no primeiro trimestre de 2017 e coloca o estado consistentemente abaixo da média nacional: no mesmo período, o Brasil registrou 5,1% (o que também é uma taxa pequena, considerando a trajetória histórica desse fenômeno no país). Em termos práticos, o estado chegou a um nível de desemprego que, na literatura econômica, se aproxima da chamada taxa natural – aquela que as pessoas

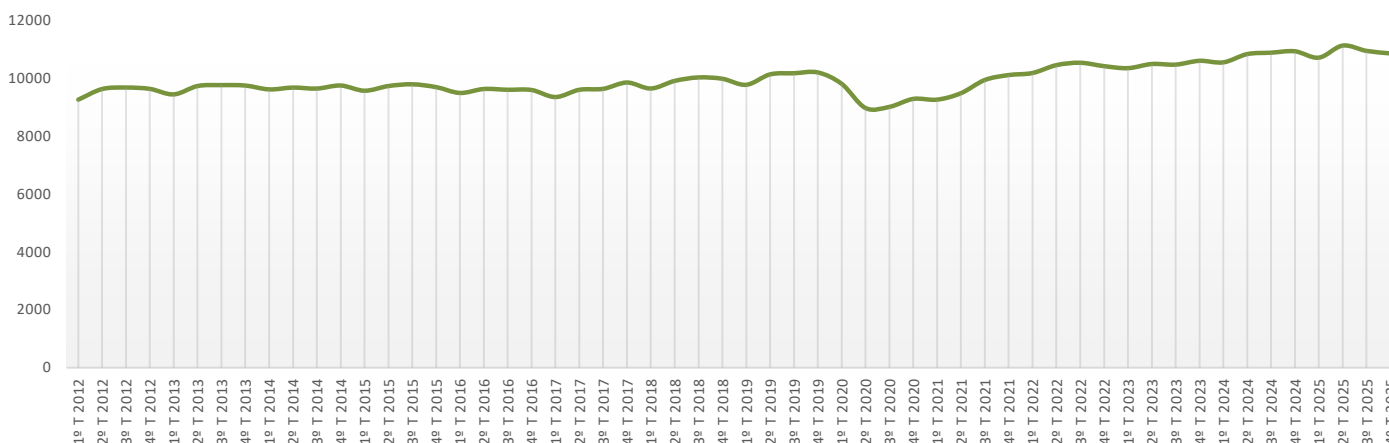
Fonte: Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

desocupadas correspondem essencialmente a trabalhadores em transição entre empregos, e não à falta estrutural de postos de trabalho.

Em termos de estoque formal, o Ministério do Trabalho registrava 5,06 milhões de vínculos ativos em março de 2026, o maior patamar da série. No acumulado dos últimos 12 meses, Minas Gerais gerou saldo positivo de aproximadamente 72 mil postos formais, com admissões acumuladas de 2,797 milhões e desligamentos de 2,724 milhões. Só no primeiro trimestre de 2026, o saldo já somava 70,6 mil postos, indicando que o crescimento do emprego formal continua no início do novo ano.

Considerando todas as categorias de emprego (formal e informal), Minas Gerais contava com 10,8 milhões de postos de trabalho (dados da PNAD Contínua). Na comparação com 2019, ano pré crise sanitária, houve acréscimo de 658 mil vagas de trabalho no estado (6,5%). O avanço ocorreu tanto no setor formal (empregado com carteira, empregado público) quanto no informal (empregado sem carteira, conta própria ou autônomo).

Gráfico 2: Evolução da ocupação - Minas Gerais, 1º trim. de 2012 ao 4º trim. de 2025



Fonte: Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

Comércio e serviços lideram a geração de postos de trabalho em Minas Gerais

POSTOS DE TRABALHO CRIADOS (MIL PESSOAS)

■ Serviços

↑ 26,7% 2012-2025

+ 1.146 mil postos

4.285 → 5.431 mil

↑ 10,4% 2019-2025 (pré pandemia)

+ 506 mil postos

■ Comércio

↑ 13,4% 2012-2025

+ 231 mil postos

1.725 → 1.956 mil

↑ 6,0% 2019-2025 (pré pandemia)

+111 mil postos



Serviços e comércio: a força das atividades terciárias

O setor terciário consolida-se como o grande motor do mercado de trabalho mineiro, apresentando expressivo dinamismo tanto na recuperação de longo prazo (2019-2025) quanto no crescimento mais recente (2022-2025). O destaque fica por conta da Administração pública, educação e saúde, que adicionou 198 mil novos ocupados entre 2022 e 2025 (11,6%), acumulando uma expansão expressiva de 18,9% em relação a 2019.

O comércio permanece como o maior segmento empregador individual de Minas Gerais. No quarto trimestre de 2025, o setor reunia 1,96 milhão de trabalhadores, cerca de 18% do total de ocupados. Entre 2022 e 2025 (4º trim.), o comércio criou 79 mil postos (4,2%), crescimento modesto em termos relativos, mas expressivo em valores absolutos dado o elevado ponto de partida.

O desempenho mais robusto, contudo, está em outros subsetores de serviços. O conjunto formado por transporte e armazenagem; alojamento e alimentação; informação e comunicação, atividades financeiras e imobiliárias; e administração pública representa, junto com o comércio, cerca de dois terços de todas as ocupações do estado. E é nesse bloco que se concentra a maior parte da geração de emprego do período.

Destaques dentro do setor serviços no período 2022–2025 (4º trimestre):

- **Administração pública, educação e saúde:** crescimento de 11,6% (198 mil pessoas), alcançando 1,90 milhão de ocupados. A expansão pode estar refletindo a retomada de concursos públicos, o crescimento das redes de atenção primária em saúde e a expansão do ensino técnico e superior — tendências que têm sustentação orçamentária e demográfica de longo prazo.
- **Transporte e armazenagem:** crescimento de 18,1% (91 mil pessoas) — o maior avanço relativo entre todos os setores no período. O desempenho condiz com a consolidação do comércio eletrônico, pela expansão das plataformas de entrega e pelo aumento do fluxo logístico associado ao agronegócio exportador, cujos corredores de escoamento passam pelo território mineiro.
- **Informação, comunicação e atividades financeiras:** crescimento de 8,9% (93 mil pessoas). A digitalização de serviços bancários, a expansão de *fintechs* com presença no interior do estado e o crescimento do setor de tecnologia da informação se relacionam com grande parte desse avanço.
- **Alojamento e alimentação:** o crescimento de 12,2% (59 mil pessoas) deve ser visto com ressalvas, em decorrência dos anos anteriores. O segmento ainda opera com alta informalidade e rotatividade, mas mostra capacidade de absorção de mão de obra em relação a 2022. No entanto, em relação a 2019, os serviços de alojamento e alimentação reduziram o contingente ocupado em 11,2%, o que fez com que sua participação na população ocupada total tenha perdido espaço (1,0 ponto percentual).



Indústria: recuperação e heterogeneidade

A indústria geral empregava 1,53 milhão de trabalhadores no quarto trimestre de 2025, com crescimento de 5,1% em relação ao mesmo período de 2022 (74 mil pessoas). A indústria de transformação, responsável pela maior fatia, avançou de forma mais modesta: 37 mil pessoas (2,9%), chegando a 1,31 milhão de ocupados.

A construção civil, ao contrário, registrou queda: -3,2% (-27 mil pessoas), com 805 mil ocupados no quarto trimestre de 2025. Embora o setor siga sendo o quinto maior empregador do estado e com capacidade de recuperação rápida em ciclos mais favoráveis de crédito, o desempenho do setor representou retração em todas as bases de comparação, com decréscimo de população ocupada e de encolhimento de sua participação no mercado de trabalho, ou seja, desempenho comparativamente pior do que dos outros segmentos.

Tabela 1 – Estimativa de ocupados segundo agrupamento de atividade econômica – Minas Geras, 2019 e 2025 (4º trimestre)

Setor	4º Trimestre 2019	4º Trimestre 2022	4º Trimestre 2025	2025-2019 %	2025-2022 %
Total	10.185	10.403	10.843	6,5	4,2
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca	1.114	1.257	1.123	0,8	-10,7
Indústria geral	1.407	1.453	1.527	8,5	5,1
Indústria de transformação	1.211	1.270	1.307	7,9	2,9
Construção	811	832	805	-0,7	-3,2
Comércio, reparação de veículos automotores	1.845	1.877	1.956	6,0	4,2
Transporte, armazenagem e correio	508	503	594	16,9	18,1
Alojamento e alimentação	609	482	541	-11,2	12,2
Informação, comunicação, atividades financeiras, etc (1)	973	1.041	1.134	16,5	8,9
Administração pública, defesa, educação, saúde e etc (2)	1.600	1.705	1.903	18,9	11,6
Outros serviços	564	564	600	6,4	6,4
Serviços domésticos	751	688	659	-12,3	-4,2

Fonte: Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter). Nota: (1) Inclui atividades imobiliárias, profissionais e administrativas; (2) Inclui defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais.



Quem não acompanha: Agropecuária e Serviços domésticos

Agropecuária: queda de ocupações com raízes estruturais

O setor agropecuário apresenta o quadro mais crítico entre todos os segmentos. Entre o quarto trimestre de 2022 e o quarto de 2025, as ocupações rurais em Minas Gerais recuaram de 1,26 para 1,12 milhão, uma perda de 134 mil pessoas (-10,7%). O movimento consolida uma tendência de retração do emprego rural que independe do desempenho econômico do setor; afinal, o PIB agropecuário mineiro segue crescendo, mas sem gerar empregos na mesma proporção.

A explicação central é a mecanização progressiva das atividades agrícolas. Em lavouras de café — principal cultura do estado —, soja, milho e cana, a automação do plantio, da colheita e do beneficiamento pós-colheita avança de forma consistente, substituindo o trabalho manual, especialmente nas etapas mais intensivas em mão de obra. Esse processo reduz o custo unitário de produção e se intensifica à medida que os equipamentos ficam mais acessíveis e as pressões salariais aumentam — um ciclo que não se reverterá no curto prazo.

Além da automação, pesam a sazonalidade e a informalidade estrutural do vínculo rural. Boa parte das ocupações agrícolas, sobretudo em pequenas propriedades, na produção familiar e em frentes de trabalho temporário, é captada pela PNAD Contínua (que registra toda a ocupação), mas não pelo Novo CAGED (restrito aos vínculos celetistas). Isso significa que a queda identificada na pesquisa domiciliar é abrangente: atinge trabalhadores com e sem carteira, permanentes e sazonais.

Box 1 | Estrutural ou conjuntural? O que limita o emprego na agropecuária mineira

A queda das ocupações agrícolas em Minas Gerais tem raízes mais profundas do que o ciclo climático ou a flutuação dos preços das *commodities*. Três fatores estruturais moldam o baixo dinamismo do setor:

1. Mecanização acelerada: adoção crescente de colhedoras, *drones* de aplicação, sistemas de irrigação automatizados e maquinário de beneficiamento reduz a demanda por trabalho braçal, especialmente em grandes propriedades.
2. Concentração fundiária e escala: a produção agropecuária mineira é cada vez mais concentrada em unidades de maior escala, que substituem trabalho por capital com mais eficiência do que a agricultura familiar.
3. Precariedade do vínculo remanescente: o trabalho que permanece no campo tende a ser temporário, sazonal e informal, com baixa remuneração e sem acesso pleno a direitos trabalhistas, tornando mais difícil sua captação e proteção pelas políticas públicas convencionais.

Serviços domésticos: retração gradual e persistente

O emprego doméstico também recuou: de 688 para 659 mil pessoas (-4,2). A queda é modesta em termos absolutos, mas representa a continuidade de uma tendência de perda relativa de peso desse segmento na estrutura de ocupações do estado. A equiparação de direitos trabalhistas promovida pela PEC das Domésticas (2015) encareceu o vínculo formal, levando parte dos contratantes a migrar para serviços terceirizados, plataformas de limpeza ou a encerrar a relação de trabalho. Ao mesmo tempo, parte das trabalhadoras domésticas tem migrado para outros segmentos — alimentação, cuidados, serviços pessoais — onde as condições são frequentemente melhores.

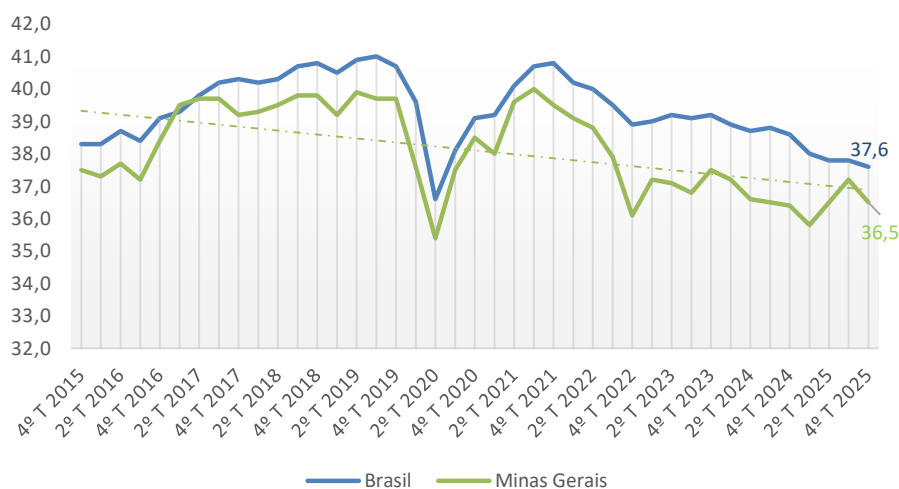


Informalidade: queda gradual, mas ainda elevada

Um aspecto central para interpretar o crescimento do emprego em Minas Gerais é o comportamento informalidade, uma das dimensões principais de precarização das relações de trabalho. Ao contrário do que poderia sugerir uma leitura apressada, os dados mostram queda consistente da taxa de informalidade, apesar do leve aumento entre 2022 e 2025: de **36,1% para 36,5%**. O valor mínimo da série foi 35,8% no primeiro trimestre de 2025 e, o máximo, 40,0% no 3º trimestre de 2021. A taxa de Minas Gerais é sistematicamente inferior à média nacional: no quarto trimestre de 2025, o Brasil registrou 37,6%.

Isso indica que o crescimento do emprego no estado tem sido acompanhado de formalização gradual. O perfil setorial de Minas Gerais contribui para isso: maior peso da indústria formal, do funcionalismo público, em comparação com estados onde a agropecuária e o trabalho autônomo têm peso maior. Ainda assim, mais de um terço da força de trabalho mineira permanece na informalidade — entre 3,7 e 4,0 milhões de pessoas, a depender do trimestre.

Gráfico 3: Taxa de informalidade – Brasil e Minas Gerais, 4º trim. 2015 ao 4º trim. de 2025



Esse contingente enfrenta instabilidade de renda, ausência de proteção previdenciária e exclusão dos mecanismos de negociação coletiva. O crescimento formal do emprego não alcança esse grupo de forma direta.

Fonte: Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).



Estrutural ou conjuntural?

A distinção entre fatores estruturais e conjunturais é essencial para avaliar a sustentabilidade do crescimento em curso. O quadro atual combina elementos dos dois tipos, e identificar o que é permanente do que pode mudar com o ciclo é fundamental para orientar políticas.

ESTRUTURAL

Expansão dos serviços
Envelhecimento populacional
Digitalização e logística

CONJUNTURAL

Juros e crédito
Câmbio e commodities
Mercado aquecido e pressão salarial

O crescimento do emprego em Minas Gerais, e no Brasil, apoia-se em um conjunto de tendências estruturais que independem do ciclo econômico e que, por isso, conferem relativa solidez ao quadro atual. A mais relevante é a expansão dos serviços: à medida que a urbanização avança, a renda *per capita* cresce e a população envelhece, a demanda por saúde, educação, cuidados, tecnologia e serviços financeiros se expande de forma autônoma em relação ao nível de atividade de curto prazo. Em Minas Gerais, isso se traduz no crescimento consistente de profissionais das ciências e intelectuais, de trabalhadores em transporte e logística e do setor de administração pública, educação e saúde, segmentos cuja demanda por mão de obra responde a tendências demográficas e tecnológicas de longo prazo, não a flutuações de crédito ou câmbio. No sentido oposto, a mecanização progressiva da agropecuária e a automação de tarefas rotineiras na indústria também são tendências estruturais, mas de destruição de postos de trabalho. Parte do encolhimento das ocupações agrícolas não é reversível com câmbio favorável ou crédito rural mais barato uma vez que reflete uma reorganização permanente da estrutura produtiva do campo, que cresce em valor sem crescer em emprego. O mesmo vale para a polarização ocupacional observada no mercado de trabalho mineiro, o encolhimento das ocupações elementares e de média qualificação não é conjuntural, é o resultado de um processo que avança independentemente do ciclo.

O lado conjuntural do quadro atual, por sua vez, é onde residem os principais riscos de reversão. O crescimento do emprego formal nos últimos três anos beneficiou-se de um conjunto favorável de condições que não estão garantidas à frente. O nível elevado da taxa básica de juros, que o Brasil mantém entre as mais altas do mundo em termos reais, pressiona setores intensivos em crédito como construção civil, comércio de bens duráveis e serviços imobiliários; uma deterioração adicional das condições financeiras pode frear rapidamente a geração de postos nesses segmentos. Há ainda o risco emergente do próprio aquecimento do mercado: com o desemprego em mínimos históricos, a pressão por reajustes salariais se intensifica, e empresas com baixa capacidade de absorção de custos tendem a responder com automação acelerada, terceirização ou moderação nas contratações. Nesse sentido, o ciclo virtuoso atual — baixo desemprego, renda em alta, formalização crescente — carrega em si a semente de seus próprios limites.

Fatores estruturais que sustentam o crescimento:

- **Expansão dos serviços:** a centralidade dos serviços na estrutura ocupacional não é uma tendência recente nem reversível. À medida que a urbanização avança e a renda disponível aumenta, a demanda por serviços de saúde, educação, lazer, tecnologia e cuidados cresce de forma consistente.
- **Envelhecimento populacional e cuidados:** o perfil demográfico crescentemente envelhecido no estado cria demanda persistente por trabalhadores em saúde, assistência social e serviços de cuidados — independente do ciclo econômico.
- **Digitalização e logística:** o comércio eletrônico e as plataformas digitais criaram uma demanda persistente por trabalhadores em transporte, entrega, suporte técnico e operacional — tendência acelerada pela pandemia e que não tende a se reverter.

Fatores conjunturais que podem moderar ou reverter o ritmo:

- **Juros e crédito:** taxas de juros elevadas afetam diretamente setores sensíveis ao crédito — construção civil, comércio de bens duráveis, serviços imobiliários. Uma deterioração das condições de crédito pode frear a geração de emprego nesses segmentos.
- **Câmbio e commodities:** o desempenho da agropecuária e da indústria extrativa é influenciado por ciclos externos. Um cenário desfavorável de preços pode aprofundar a queda do emprego no campo.
- **Mercado aquecido e pressão salarial:** com o desemprego no menor patamar histórico, emergem sinais de pressão por reajustes salariais — especialmente em setores com baixa produtividade. Isso pode induzir substituição de mão de obra por automação ou moderação nas contratações



Alta geração de empregos e alta rotatividade

Apesar dos indicadores muito favoráveis, o mercado de trabalho mineiro mostra, em 2025–2026, uma alta taxa de rotatividade do emprego formal: 35,1% no período de 12 meses encerrado em fevereiro de 2026, acima da média nacional de 33,3% e entre as maiores do país, superada apenas por Mato Grosso (38,8%), Espírito Santo (38,0%), Roraima (37,9%) e Goiás (37,4%).

O que significa uma taxa de rotatividade de 35,1%? Em termos práticos: para cada 100 trabalhadores no estoque médio de emprego formal em Minas Gerais, cerca de 35 foram admitidos ou desligados ao longo de 12 meses. Nos dados absolutos: no período de fevereiro de 2025 a fevereiro de 2026, Minas Gerais registrou 2,80 milhões de admissões e 1,77 milhão de desligamentos sobre um estoque médio de 5,02 milhões de trabalhadores. Isso representa uma intensa circulação de pessoas entre postos de trabalho, e levanta uma questão fundamental: o crescimento do emprego resulta em postos estáveis, ou o mercado mineiro opera com vínculos de curta duração que se renovam continuamente?

Alta rotatividade não é, por si só, um fenômeno negativo já que parte dela reflete mobilidade voluntária, ou seja resultam dos trabalhadores que mudam de emprego em busca de melhores condições. Mas quando a rotatividade é sistematicamente alta e supera a média nacional de forma consistente, ela tende a sinalizar também o uso estratégico de desligamentos por parte das empresas para controlar custos salariais, evitar o acúmulo de direitos trabalhistas e substituir trabalhadores com mais tempo de casa (que ganham mais) por admitidos (que ganham menos). Esse fenômeno, limita a acumulação de experiência, deprime o rendimento médio e fragiliza a segurança dos trabalhadores.

O tipo de vínculo: o que sustenta o crescimento?

O crescimento do emprego em Minas Gerais tem base predominantemente formal. Os dados do Novo CAGED mostram que o estoque de vínculos celetistas atingiu 5,06 milhões em março de 2026, crescimento expressivo desde o patamar de 4,1 milhões registrado no início de 2020, antes da pandemia. No acumulado dos últimos 12 meses (abril/2025 a março/2026), o saldo líquido foi de 72,3 mil postos formais.

Dentro da ocupação total captada pela PNAD contínua, contudo, o quadro é mais matizado. Analisando o grupamento ocupacional entre o quarto trimestre de 2022 e o quarto de 2025, o crescimento se concentra em duas pontas distintas da estrutura ocupacional, no que tange ao grau de escolaridade demandado pela ocupação.

Os dados revelam um padrão de polarização ocupacional. Os maiores crescimentos relativos estão nas ocupações de mais alta qualificação: profissionais das ciências e intelectuais (20,8%, 212 mil) e diretores e gerentes (22,4%, 72 mil). Essa expansão reflete o crescimento dos setores de saúde, educação, tecnologia e serviços financeiros, que demandam trabalhadores com nível superior.

Tabela 2 – Estimativa de postos de trabalho segundo grupamento ocupacional, Minas Gerais, 2022 e 2025

Setor	4º Trimestre 2022	4º Trimestre 2025	2025-2022 ABS.	2025-2022 %
Diretores e gerentes	322	394	72	22,4
Profissionais das ciências e intelectuais	1.018	1.230	212	20,8
Técnicos e prof. de nível médio	864	918	54	6,2
Trabalhadores de apoio administrativo	839	873	34	4,1
Trabalhadores de serviços e comércio	2.149	2.252	103	4,8
Operadores de máquinas e montadores	1.068	1.120	52	4,9
Operários e artesões da construção	1.503	1.506	3	0,2
Trabalhadores qualif. da agropecuária	664	618	-46	-6,9
Ocupações elementares	1.916	1.871	-45	-2,3

Fonte: Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

Na outra ponta, as ocupações elementares, que reúnem trabalhos braçais, de baixa qualificação e geralmente com menor remuneração, recuaram em 45 mil pessoas (-2,3%). Da mesma forma, os trabalhadores qualificados da agropecuária perderam 46 mil postos. No meio da estrutura, o crescimento foi modesto: operários da construção praticamente estagnaram (3 mil), e trabalhadores administrativos cresceram pouco (34 mil).

Esse padrão é consistente com o que a literatura econômica denomina "polarização do mercado de trabalho": o progresso tecnológico e a automação reduzem a demanda por ocupações de qualificação intermediária, especialmente aquelas que envolvem tarefas rotineiras, ao mesmo tempo em que expandem as ocupações de alta qualificação (que requerem criatividade, julgamento e interação) e, em menor medida, as de baixa qualificação não automatizáveis (como serviços pessoais e cuidados). O resultado é um mercado em que o meio da distribuição encolhe e as duas extremidades, especialmente a superior, crescem.

Box 3 | O trabalho por conta própria: empreendedorismo ou precarização?

Uma parcela relevante do crescimento das ocupações em Minas Gerais não passa pelo Ministério do Trabalho — e envolve trabalhadores por conta própria, micro e pequenos empreendedores (MEIs) e prestadores de serviço sem vínculo empregatício. Esse grupo é captado pela PNAD Contínua, mas não integra o estoque de vínculos celetistas. A expansão do trabalho por conta própria tem duas leituras possíveis, que coexistem na prática:

- Empreendedorismo: uma parte dos trabalhadores autônomos fez escolha ativa por essa modalidade, atraída pela flexibilidade, pelo potencial de renda superior e pelas facilidades de formalização via MEI. A criação de MEIs em Minas Gerais segue em patamar elevado, segundo o Sebrae (último dado de 2024 indicou crescimento de 5,5% de pequenas e médias empresas em Minas Gerais).
- Precarização disfarçada: outra parte migrou para o trabalho autônomo não por escolha, mas por necessidade, seja porque não encontrou emprego formal com carteira, seja porque foi demitida e recorreu ao trabalho por aplicativo ou à prestação de serviços como alternativa de sobrevivência. Esses trabalhadores frequentemente não têm acesso à proteção previdenciária plena, não recebem férias, 13º ou seguro-desemprego, e ficam expostos a flutuações abruptas de renda.
- A distinção entre as duas trajetórias exige análise mais detalhada do perfil de renda, tempo de contribuição previdenciária e escolaridade dos trabalhadores por conta própria, análise que o Observatório do Trabalho pretende aprofundar em edições futuras.



A renda acompanha o emprego?

O crescimento do emprego em Minas Gerais foi acompanhado de alta do rendimento médio real. Entre o quarto trimestre de 2022 e o quarto trimestre de 2025, o rendimento médio mensal real dos ocupados em MG passou de **R\$ 2.763 para R\$ 3.250** — um crescimento de **17,6%**. Em comparação, o Brasil cresceu 12,8% no mesmo período (de R\$ 3.111 para R\$ 3.508), o que indica que Minas Gerais avançou em ritmo superior à média nacional e reduziu parcialmente o diferencial de renda em relação ao conjunto do país. O crescimento, contudo, não foi uniforme entre os níveis de instrução, e o padrão revela diferenças importantes.

Tabela3 Rendimento real médio dos ocupados segundo grau de escolaridade, Minas Gerais, 2022 e 2025 (4º trimestre).

Nível de instrução	4º Trimestre 2022 (R\$)	4º Trimestre 2025 (R\$)	Variação (%)
Total	2.763	3.250	17,6
Sem instrução / menos de 1 ano	1.464	1.700	16,1
Ensino fundamental incompleto	1.846	2.154	16,7
Ensino fundamental completo	2.049	2.341	14,3
Ensino médio incompleto	1.804	2.114	17,2
Ensino médio completo	2.290	2.535	10,7
Ensino superior incompleto	2.800	2.990	6,8
Ensino superior completo	5.338	6.093	14,1

Fonte: Pnad Contínua Trimestral. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter).

O padrão dos dados é revelador. Os maiores ganhos de renda em termos relativos concentraram-se nos extremos: trabalhadores sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (variações de 16,1% a 16,7%) e com ensino superior completo (14,1%). No meio da distribuição, justamente entre os trabalhadores com ensino médio completo e superior incompleto, os ganhos foram bem menores: 10,7% e 6,8%, respectivamente.

A alta do rendimento dos trabalhadores de menor escolaridade reflete, em parte, a valorização do salário mínimo, que baliza a remuneração de boa parte dos trabalhadores nos segmentos de menor qualificação, e o aquecimento do mercado de trabalho nos setores de serviços pessoais, entregas e alimentação, onde a demanda por mão de obra cresceu acima da oferta disponível. O aumento do rendimento dos trabalhadores com superior completo reflete a expansão das ocupações de alta qualificação documentada na seção anterior.

Já a estagnação relativa dos trabalhadores com ensino médio, a maioria da força de trabalho do estado, é uma das evidências mais relevantes deste boletim. Esse grupo, que reúne técnicos, trabalhadores administrativos, operários especializados e prestadores de serviços qualificados, não se beneficiou da mesma forma do ciclo de crescimento. Isso é consistente com o fenômeno de polarização ocupacional: o mercado aqueceu para os extremos da distribuição, mas o meio ficou relativamente para trás.

Considerações finais

Os dados do mercado de trabalho mineiro entre 2022 e 2025 revelam um cenário de clara expansão quantitativa, mas que impõe desafios estruturais complexos para a sua consolidação a longo prazo. O dinamismo do estado é inegavelmente sustentado pelas atividades terciárias (Serviços e Comércio), que funcionam como o principal colchão de amortecimento e absorção de mão de obra. A consolidação desse crescimento deve levar em conta tantos os sinais de robustez do resultado quanto de suas fragilidades.

Assim, deve-se considerar que a taxa de desocupação em mínimos históricos (3,8% no 4T2025) indica que o mercado absorveu a força de trabalho disponível em patamar sem precedente. Além disso, o estoque de emprego formal do Novo CAGED segue crescendo — 5,06 milhões em março de 2026 —, com saldo positivo em todos os meses do primeiro trimestre de 2026. E, ainda, a taxa de informalidade caiu de forma gradual e consistente ao longo do período analisado (de 36,1% para 36,5% entre 4º trimestre de 2022 e o de 2025, com mínima de 35,8% no 1º trimestre de 2025), indicando que o crescimento tem base predominantemente formal. Por fim, outro sinal positivo é que o rendimento médio real cresceu 17,6% em Minas Gerais, acima da inflação do período e em ritmo superior à média nacional.

Já os sinais fragilidade, são a alta de taxa de rotatividade, de 35,1% (entre as mais altas do país) indicador de que muitos dos postos gerados são de curta duração, o que limita a acumulação de renda, direitos e experiência pelos trabalhadores. O padrão de polarização ocupacional também revela que os ganhos de emprego e renda não beneficiam igualmente todos os perfis: trabalhadores com ensino médio — a maioria da força de trabalho — acumularam os menores ganhos relativos de renda. Além disso, a queda de 134 mil ocupações na agropecuária e de 29 mil nos serviços domésticos sinaliza que o crescimento agregado mascara perdas setoriais significativas que afetam trabalhadores de menor escolaridade e renda. E para completar, é importante registrar que a persistência de mais de 3,7 milhões de trabalhadores informais em Minas Gerais indica que um terço da força de trabalho segue fora das proteções trabalhistas e previdenciárias, sem acesso pleno às garantias que definem um mercado consolidado.

EXPEDIENTE

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Ricardo Assis Alves Dutra

**SUBSECRETARIA DE INCLUSÃO PRODUTIVA, TRABALHO,
EMPREGO E RENDA**
Arthur Hélio Albergaria Campos

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E FOMENTO AO TRABALHO E À ECONOMIA SOLIDÁRIA
Marcel Cardoso Ferreira de Souza

DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ARTICULAÇÃO DE OPORTUNIDADE DE TRABALHO
Amanda Siqueira Carvalho

EQUIPE TÉCNICA
Pedro Luis Souza Mazoni

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Presidência
Luciana Lopes Nominato Braga
Vice-Presidência
Mônica Moreira Esteves Bernardi

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES
Marconi Martins de Laia

COORDENAÇÃO DE INDICADORES SOCIAIS
Ester Santos Carneiro

EQUIPE TÉCNICA
Glauber Flaviano Silveira
Nícia Raies Moreira de Souza